Coleção Forbes não vai para museu

Uma portaria, baixada pelos ministros Celso Furtado e Dilson Funaro, desestimulou os empresários a comprarem as obras do colecionador e corretor através dos benefícios fiscais previstos pela Lei Sarney

João Caldas

O empresário e colecionador Raul Forbes, ontem na galeria São Paulo, quando parecia triste e desnorteado

MARIO CESAR CARVALHO
Da Reportagem Local

Raul Forbes, 46, corretor de valores e colecionador de arte, era um homem visivelmente transtornado e triste na abertura da exposição das 65 obras de sua coleção particular, avaliada em mais de Cz$ 150 milhões, na última segunda-feira à noite na galeria São Paulo, nos Jardins, zona sul de São Paulo. De início, o próprio título da mostra, "Obras para Museus - Coleção Maria Anna e Raul Souza Dantas Forbes", já não fazia mais sentido. Planejada para receber os benefícios da Lei Sarney, que prevê abatimentos no imposto de renda para quem investir em cultura, a mostra encontrou poucos empresários dispostos a comprar as obras e doá-las a museus. "Francamente não sei se vou vender alguma coisa", lamentava Forbes. "Nem tudo está perdido", dizia a marchande Regina Boni, 43, proprietária da galeria São Paulo e organizadora do projeto. "O negócio é vender para particulares. Já abandonei a idéia de que os quadros seriam doados a museus", diz. No primeiro dia da exposição nenhum quadro foi vendido e era patente que a Lei Sarney, pelo menos no item doações, fora a pique em sua mais arrojada iniciativa.

Quem não acompanha os meandros políticos do Ministério da Cultura, mal pode entender como uma das mais festejadas exposições para negócios da década —cujo ícone máximo é a quadro "Abaporu" (1928), de Tarsila do Amaral, bandeira-mór do modernismo no Brasil— saltou da euforia ao desânimo em menos de uma semana. A idéia de Regina Boni era aproveitar os benefícios fiscais da Lei Sarney. Reza a lei que qualquer empresa que comprar uma obra de arte e doá-la a um museu poderá deduzir de seu imposto de renda até 80% de seu valor. No caso de pessoa física, o percentual a ser abatido sobe para 100%.

Portaria estúpida

"A lei era muito boa", diz Regina. "Era", frisa a marchande, até o último dia 18, quando Celso Furtado, ministro da Cultura, e Dilson Funaro, ministro da Fazenda, baixaram uma portaria "aparentemente inocente", na opinião de Regina. Em síntese, a portaria —publicada no "Diário Oficial", no último dia 18— diz que "para efeito de perícia, o preço obtido em leilões não será considerado na apuração do valor de bens doados a entidades de natureza cultural". Ressalva que o disposto "não se aplica no caso de leilões determinados por autoridade judiciária".

"O intuito dessa portaria, totalmente estúpida, foi criar caso. Isso aqui não é um leilão", acredita Forbes, que há dez dias enviou um telegrama parabenizando o presidente Sarney pela lei que leva seu nome e na segunda-feira tinha vontade de retirar a mensagem. "A portaria foi um golpe contra a exposição", avalia Eduardo da Rocha Azevedo, 37, presidente da Bolsa Mercantil e de Futuros. "O empresariado vai comprar as obras de Forbes mas não vai doar a museus", aposta ele. A própria Bolsa Mercantil e de Futuros, que exibe óleos de Di Cavalcanti, Rebolo e Ismael Nery nas paredes da sala da presidência, tinha planos de fazer doações e obter os benefícios fiscais da Lei Sarney. "Com essa intervenção do governo não vou doar nada", disse Rocha Azevedo na abertura da mostra na galeria São Paulo.

A celeuma criada pela portaria não nasceu exatamente pelo que está disposto no texto, segundo Regina Boni. "Eles me golpearam nas entrelinhas", diz ela. Quem respondeu pelas entrelinhas, no caso, foi o secretário-geral do Ministério da Cultura, Joaquim Itapary Filho. Em um rompante no qual se misturam excesso de zelo e intervencionismo, Itapary Filho declarou à imprensa que "quem pagar US$ 3 milhões pelo Abaporu [uma das avaliações aventadas para a obra de Tarsila] está tirando dinheiro do Fisco". "A avaliação é alta, mas o governo não tem que se meter no mercado de arte", considera Sérgio Belleza Filho, 32, corretor de mercadorias e que está tentando fazer com que empresários invistam em cultura. "Se a Regina quisesse fazer mutreta, não divulgaria o evento". Ontem, Itapary Filho passou o dia em uma reunião a portas fechadas no Ministério e não recebeu a reportagem da Folha.

O colecionador José Augusto Medeiros, 53, empresário que atua nas áreas industrial, pecuária e de mobiliário, tem uma usina de álcool e exibe em sua casa o quadro "O Batizado do Filho de Macunaíma", um óleo de Tarsila do Amaral de 1958 feito em homenagem a Mário de Andrade, também não gostou das declarações de Itapary Filho. "Os burocratas sempre descofiam que todo mundo é ladrão e trapaceiro. O governo precisa ter vigilância, controle, mas os preços precisam ser fixados pelo mercado". Para Medeiros, que avalia o "Abaporu" entre US$ 600 mil (Cz$ 18,9 milhões no câmbio paralelo) e US$ 1 milhão (cerca de Cz$ 31,5 milhões também no paralelo), a Lei Sarney pode decolar "desde que as regras sejam claras, o governo aja com grandeza, não com mesquinhez, e afaste o policiamento do mercado".

Tratada como bandida

A guerra surda entre o Ministério da Cultura e a exposição da coleção de Raul Forbes atingiu frontalmente a galerista Regina Boni —que nega, como Raul, ter veiculado a avaliação do "Abaporu" entre US$ 2 e US$ 3 milhões. "Fui tratada como bandida", reclama Regina. "Não sou criminosa nem heroína. Sou apenas uma profissional". Segunda ela, as entrelinhas disparadas por Itapary Filho dão a entender que havia à disposição da marchande de superfaturar com o quadro de Tarsila, a empresa ou pessoa física compradora burlaria a Receita Federal e posteriormente haveria o acerto com bases em valores reais —com o comprador devolvendo o "over price". "Isso é um absurdo. O Celso Furtado imagina que o Brasil ainda é o país do coronelato de vinte anos atrás", diz.

Nesse país imaginado por Celso Furtado, diz Rocha Azevedo, uma comissão para avaliar o preço de obras de arte redundaria inevitavelmente em corrupção. "Concordamos com a existência de uma comissão desde que seja formada por marchands, curadores de museus, estudiosos e um fiscal representando o governo", propõe o colecionador José Augusto Medeiros. "E assim que funciona nos Estados Unidos, onde o empresariado mantém museus, filarmônicas e grupos de teatro". Na opinião do empresário da área imobiliária João Marques da Costa, 58, que exibe em sua coleção o óleo sobre tela "Palmeiras" de Tarsila do Amaral, de 1925, "o governo se comporta como He-Man" ao tentar introduzir uma camisa de força no mercado de arte. "O empresariado e os marchands têm maturidade para evitar preços inflacionados".

Exposição esvaziada

Se a intenção do Ministério da Cultura era esvaziar o projeto de Regina Boni, boa parte do propósito foi conseguido. Na abertura da exposição, na segunda-feira à noite, não mais que duzentas pessoas cruzaram as portas da galeria São Paulo. "Isso é normal no primeiro dia. Não distribuí convites e pensei que não viria ninguém", afirma Regina.

Entre o público, a maioria composta de curiosos para ver o quadro de Tarsila do Amaral e outra boa dose de profissionais do mercado de arte, poucos se dispunham a comprar as obras expostas. "Pago até US$ 1 milhão pelo Abaporu", dizia Sasson Dayan, 46, corretor do mercado de valores e colecionador que conta com alguns óleos de Picasso, Gauguin e Renoir em sua casa. "Mas não vou doar para museu algum", ressalva. "Vou enfeitar a minha sala com o quadro".

Forbes, que desmente o boato de que teria colocado parte de sua coleção à venda para saldar uma dívida, diz que foi traído por ser "brasileiro e patriota". "Eu só queria que essas obras fizessem parte do acervo cultural brasileiro. Elas deviam ser de domínio público". Para Regina Boni, o esvaziamento da mostra poderá não se resumir a um prejuízo moral e invadir as finanças da galeria. Para levantar o projeto, ela desembolsou Cz$ 3,2 milhões e estima gastar mais Cz$ 600 mil para manter a galeria aberta até o dia 31 de março, quando se encerra a exposição. "Não vou ter prejuízo porque os empresários me prestigiam", avalia. De qualquer forma, tanto Regina como Forbes parecem ser vítimas da maldição do ícone máximo da exposição, a tela "Abaporu". Em tupi-guarani, o termo quer dizer o homem que come. Só que no caso de excesso de zelo do Ministério da Cultura, a palavra parece ter perdido seu sentido original. Agora, já não é mais o homem que come, como queria Oswald de Andrade. Tratam-se de burocratas que devoram. Pobre antropofagia.

João Caldas

Rocha Azevedo, presidente da Bolsa Mercantil e de Futuros, à frente de um Di Cavalcanti, não quer doar nada a museus

Morre o concretista Charoux

Da Reportagem Local

Morreu, ontem, de parada cardíaca, aos 74 anos, o artista plástico concretista Lothar Charoux, nascido em Viena, na Áustria. Foi enterrado ontem, às 11h30, no cemitério da Lapa (zona oeste de São Paulo). Ele chegou em São Paulo em 1928 e estudou no Liceu de Arte e Ofícios e também no ateliê de Waldemar da Costa — um formador de artistas na década de 40. Nesta época, o estilo de Charoux era o de uma incessante procura, passando do expressionismo para o cubismo, do purismo ao abstracionismo, mas já em 1948 o seu trabalho já se definia pelo que iria marcar toda a sua carreira: a linha. No trabalho de 1948, o artista preocupava-se pela trama de linhas, que poderiam modelar o espaço.

A linha transformou-se na sua mais radical pesquisa. Mesmo que a sua obra tenha um caráter virtualmente ótico, a obra de Charoux se distancia —e muito— da pulsação visual produzida pelos trabalhos do francês Victor Vasarely. O trabalho de Charoux foi sempre a busca de uma constante depuração e, em inúmeras peças, a linha se desdobrava em pura luminosidade. Em 1957, o crítico Mário Pedrosa, escrevendo para o "Jornal do Brasil", percebia que a obra de Charoux não se enquadrava numa rígida ortodoxia. "Um de seus temas prediletos é o das chamadas ilusões óticas, que não pertencem exatamente ao campo da geometria, mas nela aparecem como paradoxos desrespeitosos de seu rigor", escreveu, apontando para o que seria uma das marcas futuras de sua obra. De fato, nela coexistem tanto a questão ótica como o desequilíbrio da ordem geométrica, criada por disposições e rupturas da linha pintada.

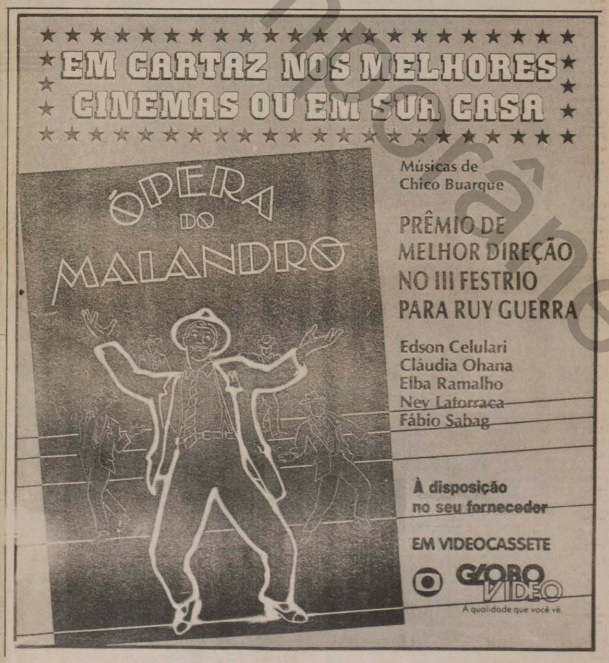
Coerência

Charoux que pertenceu ao movimento concretista, tanto participando em 1952 do grupo "Ruptura" como do 1º Salão de Arte Concreta, realizado no Museu de Arte de Sao Paulo em 1957, foi um dos poucos artistas a se manter fiel ao concretismo, enquanto muitos de seus colegas de movimento passaram para outras experiências.

O colecionador de arte construtiva Adolpho Leirner, 51, foi um dos muitos do meio de arte que sentiu a morte do artista e destacou a coerência de Charoux. "A sua obra era coerente de ponta a ponta. Muitos artistas concretistas passaram para a abstração lírica ou para a arte pop, mas Charoux continuou sendo sempre um artista concreto, descobrindo sempre coisas novas com os mesmos elementos, a linha, o triângulo e o círculo", diz o colecionador, que possui uma obra datada de 1952.

A artista plástica Tomie Ohtake, 73, destaca outra qualidade de seu trabalho. "A sua obra geométrica com luz e sombra era muito boa. A morte de Charoux foi uma grande perda para a arte brasileira". Outra artista, Amélia Toledo, 60, admira a persistência de sua obra. "Charoux viajava naquele mundo, do qual tinha uma grande afinidade estética. Ele tinha uma paixão profunda pela arte concreta", diz. Um grande amigo de Charoux foi o arquiteto Cesar Pires de Mello, 57, que ficou abalado quando soube da morte do pintor. "A sua obra foi sempre original e sempre marcada por uma extrema coerência. Acredito que após a sua morte, a sua obra será mais reconhecida e valorizada", afirma.

Na verdade, a sua obra ultimamente era pouco vista. A sua última individual, em São Paulo, foi em 1979 na galeria Alberto Bonfiglioli e na mostra "A Trama do Gosto", encerrada domingo passado, podia-se ver seis trabalhos de Charoux na instalação dedicada à arte concreta. Nas suas esculturas recentes, ele praticamente embutia a luminosidade e a linha em envólucros de fiberglass —um trabalho que demonstrava que o artista continuava, dentro do programa concretista, a desafiar formas e avançar em suas pesquisas.

Banco de Dados

O artista Lothar Charoux em seu ateliê, no Alto da Lapa, em 74